

# Capitalismo situado no Afeganistão<sup>1</sup>

## *Capitalism located in Afghanistan*

UWE H. BITTLINGMAYER  
OMAR KHALED SAHRAI  
STEPHANIE HARSCH  
ASADULLAH JAWID  
DIANA SAHRAI

### **RESUMO:**

O presente artigo apresenta uma análise sobre os efeitos perversos que o capitalismo opera no Afeganistão. Para tanto, analisa a situação econômica extremamente precária do país, bem como a quase ausência de dados sobre o mesmo, o que dificulta o equacionamento do problema. Em seguida, procura mostrar as limitações de algumas das principais teorias econômicas dominantes para se pensar o Afeganistão. Na sequência, mostra os efeitos negativos profundos da mudança climática na economia afegã, extremamente dependente da agricultura. Por fim, o artigo procura apontar uma série de ações efetivas para o enfrentamento do problema e para repensar a ação destrutível do capitalismo global em países periféricos e indefesos como o Afeganistão.

**Palavras-chave:** Capitalismo. Afeganistão. Situação econômica. Teorias econômicas. Mudança climática.

---

<sup>1</sup> Tradução de Ricardo Gervasio Bastos Visser. Versão em inglês disponível em <http://www.phfr-afghanistanforschung.de/wp-content/uploads/2019/10/Located-Capitalism-in-Afghanistan-01.08.2019-V7-first-draft-changes-accepted.pdf>

## **ABSTRACT:**

This article presents an analysis of the capitalist perverse effects in Afghanistan. On this path, analyzes the extremely precarious economic situation in the country and shows the lack of data about it, which makes it difficult to solve the problem. Then, tries to show the limitations of some of the main dominant economic theories for thinking about Afghanistan. In sequence, it shows the negative effects of the climate change in the afghan economy, which is highly dependent on agriculture. Finally, the article indicates a serie of effective actions to face the problem and to rethink the destructive action of global capitalism in peripheral and defenseless countries like Afghanistan.

**Key words:** Capitalism. Afghanistan. Economic situation. Economic theories. Climate change.

## **INTRODUÇÃO**

Não há dúvida de que uma análise acerca do Afeganistão necessite lidar com uma imensa complexidade. No entanto, isto é moderadamente independente do tópico escolhido. Essa extraordinária complexidade existe quando, por exemplo, se adentra a dimensão educacional (BITTLINGMEYER ET AL, 2019; NAUMANN, 2011, 2012), o papel da etnicidade e o da resistência (SAHRAI, 2018), ou do desenvolvimento e da paz (GANSER, 2016); e isso se aplica obviamente à economia afegã.

Há alguns aspectos que fazem do Afeganistão o pesadelo dos aportes positivistas ortodoxos. Em primeiro lugar, quase não há dados válidos. Tampouco os dados oficiais de organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Unesco ou o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, ou os dados públicos dos ministérios afegãos estão em condições de fornecer dados verdadeiramente válidos (SIGAR, 2017). Isso é comumente tornado invisível por meio da criação de gráficos coloridos e ilustrações. Todavia, a razão desse déficit estrutural (em termos de validade e confiança) advém do fato de que cada indicador estatístico — como a taxa de analfabetismo, a proporção de diferentes grupos étnicos ou a taxa de desemprego — se refere a uma extrapolação de médias nacionais. Paralelamente, no caso afegão (e certamente não só aqui), o número mais ou menos preciso de pessoas atualmente vivendo no país é, por vários motivos, desconhecido. Ninguém sabe ao certo quantos afegãos estão tentando emigrar para os países vizinhos, para a Europa ou a América do Norte. Em segundo lugar, ninguém sabe quantos afegãos retornaram do Paquistão e do Irã na última década. Tampouco se sabe se permanecerão no Afeganistão no

longo prazo. Também não se conhece o número de bebês nascidos anualmente. Por conseguinte, é impossível achar um denominador comum para um critério adequado na construção de um conjunto representativo de dados. Além disso, pessoas vivendo em áreas remotas do Afeganistão são raramente representadas nas pesquisas econômicas e sociais. Com isso, todo esforço na tentativa de construção de uma base censitária é baseado em assunções especulativas e extrapolações vagas.

Outro ponto é a diferença entre o setor formal e o informal na economia nacional, o qual não é fácil de identificar no caso afegão. Por exemplo, há apenas vagas estimativas acerca da quota da indústria farmacêutica em relação ao Produto Interno Bruto. Thomas Ruttig, por exemplo, um conhecido especialista, estimou que entre 2006 e 2011 o lucro da indústria farmacêutica somou U\$ 3 bilhões por ano e que 14% da população (!) esteve direta ou indiretamente envolvida na produção deste setor (RUTTIG, 2014)<sup>2</sup>. Adicionalmente, há um relevante contingente dos Kuchi (Kochi) vivendo uma vida nômade (ou seminômade), muito embora os governos de hoje e de outrora tivessem tentado forçá-los a se estabelecer. Foi estimado que esse povo corresponde a um quinto da população rural (!), escapando a qualquer nitidez estatística (NASHIR-STECK, 2019). Hoje, o Afeganistão ainda é caracterizado pela simultaneidade de áreas capitalistas, feudais, pré-feudais e setores de ação que formam uma complexa mistura de estruturas sociais e econômicas (SAMIMY, 2017, p. 21), razão pela qual Sigrist cunhou o termo *processo de feudalização* na década de 1980 (SIGRIST, 1986, p. 386). A periferia consiste de fazendeiros, nômades, artesãos simples e representa a maior parte da sociedade afegã. Neste contexto, muitos cientistas têm bons motivos para se referir a condições feudais, pré-feudais ou ao modo de produção “asiático”. A diferenciação entre o feudal e o pré-feudal é necessária porque em muitos vilarejos e outras áreas o dinheiro, utilizado como meio de pagamento para facilitar o intercâmbio de mercadorias e serviços, foi introduzido no período tardio da década de 1950. As condições fundiárias, caracterizadas em torno da propriedade tribal, foram traços marcantes de tais estruturas de organização tribal. Assim sendo, algumas formas de *pauschaler Naturaltausch*<sup>3</sup> possivelmente ainda ocorrem em alguns vilarejos nos dias de hoje, bem como o artesanato vem sendo executado enquanto *Deputathandwerker*<sup>4</sup>. Este tipo de troca supõe que serviços e

---

<sup>2</sup> Na obra citada, ver nota na página 21.

<sup>3</sup> A terminologia poderia ser traduzida por “escambo geral”. Muito embora não haja uma tradução literal para o português, o adjetivo *pauschal* significa “tudo incluso”, destacando o sentido de larga abrangência da atividade de escambo. (N.do T.)

<sup>4</sup> A palavra alemã *Deputat* significa que um serviço ou mercadoria artesanal pode ser *complementarmente* pago com meios de troca que extrapolam o dinheiro, ou seja, por meio de escambo de outros serviços e objetos.

materiais dos artesãos estejam sendo pagos com alguma forma de escambo, o que conduz a um extenso intercâmbio entre os artesãos e o resto da população do vilarejo (SIGRIST, 1986; GREVEMEYER, 1990).

Por último, e não menos importante, a *guerra ilegítima* contra o Talibã desde 2001 (cf. GANSER, 2016: cap. 12) até a retirada da maioria das tropas em 2014, tem demonstrado que a economia afegã gozou de um repentino crescimento no PIB e uma significativa queda na taxa de desemprego (se ignorarmos momentaneamente a incerteza dessas medidas, a desigual distribuição de poder, recursos e dinheiro). Mas antes da retirada das forças militares, tornou-se dolorosamente claro que os indicadores econômicos se deterioraram desde 2014, demonstrando que o foco primário nas forças militares conduziu a um beco sem saída em termos do crescimento econômico e bem-estar (cf. THIELICKE, 2014b, p. 9; HAQUE, 2018). Outra resultante nos indicadores sociais e econômicos foi a primazia de investimentos em segmentos de luxo, ao invés de reduzir a pobreza criando empregos.

Esses são apenas alguns dos motivos por que é tão difícil dar conta teórica e empiricamente da atual situação econômica e, sobretudo, da questão teórica acerca da ancoragem social (*social embedding*) do capitalismo no Afeganistão. O intento desta contribuição é, entretanto, modesto. Na verdade, nossa finalidade é iniciar uma reflexão sobre o caso afegão em termos econômicos e político-econômicos.

Para lançar ainda mais luz na complexidade supracitada, apresentaremos algumas características oficiais, ao apontar que o Afeganistão é um dos países mais pobres do mundo (seção I). Num segundo momento, iremos olhar detidamente para algumas variações da teoria do capitalismo e relacioná-las ao caso do Afeganistão (seção II). Demonstraremos que nenhuma abordagem convencional da teoria econômica é realmente adequada para um país como o Afeganistão. Em seguida, argumentaremos que é mandatório prestar atenção aos aportes como economia ecológica e ilustrá-la com o controverso tópico da mudança climática (seção III). O desfecho deste artigo se concentrará em algumas conclusões e recomendações (seção IV).

## **I - AFGANISTÃO: SUA SITUAÇÃO ECONÔMICA ATUAL EM UMA PRIMEIRA ABORDAGEM**

Nesta seção, apresentaremos alguns dados disponíveis os quais podem ser encontrados em cinco minutos na internet. O enquadramento geral mostra um país que não funciona em mais ou menos qualquer campo econômico e/ou político. Até mesmo o Banco

Mundial, que não é conhecido por sua perspectiva crítica, tendo investido bilhões em dólares americanos no Afeganistão, considera a economia afegã como crítica:

A recuperação econômica é vagarosa, assim como a contínua incerteza embarga investimentos privados e a demanda por consumo. O crescimento na agricultura está constrangido por condições climáticas desfavoráveis nos últimos anos. A posição fiscal permaneceu robusta, guiada por incrementos na renda, muito embora o governo permaneça predominantemente dependente de doações (estrangeiras). A pobreza aumentou circundada pelo lento crescimento, perturbações na segurança dos serviços e fraco desempenho na agricultura em razão de severa seca (WORLD BANK, 2019).

Há sérios problemas estruturais na economia nacional afegã. Um dos mais óbvios desafios dos últimos 25 anos tem sido o aumento demográfico. De acordo com o Banco Mundial, a população aumentou de 12,25 milhões em 1990 para 35,54 milhões em 2017 (WORLD BANK, 2019)! Considerando que o Afeganistão tem uma das populações mais jovens no mundo, que o crescimento populacional é muito veloz (2,5% em 2017) e que este não dá sinais de desaceleração nos próximos anos, torna-se claro que o mercado de trabalho afegão não está em condições de servir a toda a sua população com boas oportunidades de emprego. É estimado que 300.000 adolescentes ingressem no mercado de trabalho a cada ano (WORLD BANK, 2019).

Além disso, há claros indícios, nos anos recentes, de que há um elo direto entre, de um lado, o crescimento da insegurança interna e, de outro, o arrefecimento do desenvolvimento econômico. Mas isso é apenas parcialmente verdade. Os aliados ocidentais estavam concentrados em derrotar as forças militares talibãs, assim como a base de ação era o plano da troca de regime. Estabelecer uma economia autóctone e empregos adequados independentes da presença militar não era meta de grande prioridade. Com efeito, somente uma fração do dinheiro circula na economia doméstica afegã e pode ser cunhado como uma espécie de “autoajuda para economias subordinadas a países doadores” (RUTTIG, 2013, p. 11).

Após a retirada da (maioria) das forças militares estrangeiras, um alto número de empregos implodiu no Afeganistão, conduzindo a um grande aumento do desemprego após 2014. Conquanto os dados na área sejam muito contraditórios — boletins sobre as taxas de desemprego no Afeganistão variam entre 1,54% (STATISTA, 2019) até acima de 40% (TOLO NEWS, 2016) —, um recente pronunciamento do Banco Mundial parece confiável o bastante para ser citado:

Poucos afegãos têm acesso ao emprego produtivo e rentável. Um quarto da força de trabalho está desempregada, e 80% do emprego é vulnerável e inseguro, incluindo autônomos, trabalhos diários (intermitentes) ou trabalhos não remunerados. Perto de três quartos da população estão abaixo dos 30 anos e em torno de 25% estão entre 15 e 30 anos de idade. Este contingente jovem de aproximadamente 8 milhões está entrando no mercado de trabalho com baixo nível educacional e poucas oportunidades empregatícias. Uma consequência natural da situação insegura e da limitação de recursos é que a criação de empregos foi incapaz de acompanhar o aumento demográfico. São raros os bons empregos (WORLD BANK, 2019).

Em complementaridade a isso, o governo afegão foi forçado a uma situação na qual ele não pode existir sem doadores estrangeiros. As despesas anuais com forças policiais e militares são mais altas do que a União arrecada em impostos. Conseqüentemente, no Afeganistão, raramente há um regime político autônomo, mas sim um governo extremamente dependente da boa vontade dos países ocidentais.

Outra questão problemática no Afeganistão é sua incrível dependência em importação. Importam até mesmo trigo! A balança comercial aponta, atualmente, para uma razão de 1 para 10! O volume de exportações reside em torno de US\$ 823 milhões no biênio 2017-2018, enquanto que o volume de importações girou em torno de US\$ 7,79 bilhões<sup>5</sup>. Isso significa que há um enorme déficit comercial na balança, totalmente financiado por fundos de doadores internacionais. No tocante à criação de valor, o Afeganistão ainda está comprometido com a exportação de matéria-prima e produtos da agricultura (*commodities*), ao passo que a matéria-prima é transformada alhures, gerando mais renda fora do país do que a matéria-prima por si.

Ainda que, em nossa visão, não haja, por parte dos aliados ocidentais, nenhuma estratégia inteligível para o estabelecimento de uma economia afegã autóctone, é possível identificar uma estratégia que se almejou implementar durante os últimos 15 anos. Esta estratégia se concentra fortemente na educação segundo os padrões ideológicos oficiais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a respeito da sociedade do conhecimento. A ideia básica é que o aumento no número de indivíduos bem educados — o que é sinônimo para acadêmicos! — impacta visivelmente a economia

---

<sup>5</sup> Os principais destinos da exportação são a Índia, o Paquistão, o Irã, a Turquia e o Iraque. Já os produtos importados provêm do Paquistão, da Índia, da China, do Irã, do Cazaquistão, do Japão e do Uzbequistão (DAS LÄNDER-INFORMATIONSPORTAL, 2019).

nacional e conduz, em última análise, ao bem-estar social. Ainda que essa ideia tenha sido provada incorreta (ver, por exemplo, a crise financeira no Sul da Europa), ela se confirma mais ou menos como ideologia oficial dos países ocidentais. Em congruência com esse raciocínio, a política educacional afegã, fortemente influenciada pelos EUA, Japão, Suécia, Canadá, Alemanha e pela OCDE, dentre outros, foi o principal objetivo das intervenções (SAHRAI & BITTLINGMAYER, 2015). Concentrar-se na educação para o desenvolvimento do Afeganistão parecia o caminho do avanço, além de apontar para objetivos adicionais, como a promoção dos direitos das mulheres, a educação cívica e a esperança de democratização do país, tudo isso complementarmente aos efeitos econômicos implícitos assumidos. Todavia, essa estratégia não obteve sucesso — pelo menos até agora —, considerando que o fato de que nos últimos cinco anos as escolas foram cada vez mais forçadas a fecharem suas portas, sem contar, paralelamente, a fuga de cérebros dos afegãos educados em direção aos países ocidentais.

Todos esses problemas estruturais da economia nacional estão refletidos no fato de que o Afeganistão figura entre os países com o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2018. Em nossa visão, tudo isso — pelo menos até certo ponto — está ligado à ideia e à estratégia da transformação violenta do Afeganistão em uma espécie de Estado nacional ocidental, ignorando a maioria de seus traços históricos e culturais. Na próxima seção nos concentraremos nos aportes teóricos, de modo a analisar a adequação das abordagens econômicas para explicar a economia e a sociedade afegãs.

## **II - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE AS LIMITAÇÕES DA TEORIA ECONÔMICA PARA O CASO AFEGÃO**

Os últimos 20 anos têm visto uma grande transformação na ciência econômica. Embora houvesse uma tradicional contradição entre duas perspectivas econômicas — a de negócios e a nacional —, esta última experimentou uma mudança em seus fundamentos, passando a se enquadrar mais ou menos nas mesmas técnicas matemáticas de modelagem da economia de negócios. Essa mudança foi acompanhada pela emergência do neoliberalismo como a abordagem econômica mais disseminada, baseada na ideia de que o Estado e seu poder devam ser reduzidos ao mínimo e substituídos pelo mercado, assim como a ideia de que não haja contraste decisivo entre uma empresa e o Estado-nação. Apesar de o neoliberalismo ser comumente atacado (cf. HIRSCH, 1995; DUMÉNIL E LÉVY, 2002; PIKETTY, 2014; BROWN, 2015; DIXON, 2000), ele é uma das concepções mais influentes na análise da economia nacional, particularmente nos conselhos de desenvolvimentos. Uma

de suas construções teóricas mais importantes é a caracterização dos indivíduos como atores da escolha racional os quais se comportam como minimizadores de custos e maximizadores de lucros em seu cotidiano. Com a adoção desse modelo, é possível equalizar o comportamento individual no mercado de trabalho, matrimonial ou educacional.

Embora o modelo básico do neoliberalismo, a tendência geral à matematização da ciência da economia nacional e o modelo da escolha racional tenham sido intensamente criticados — tanto teórica quanto empiricamente<sup>6</sup> — trata-se de referências ainda populares e parte do padrão de consultorias econômicas do contexto do auxílio ao desenvolvimento e da cooperação. No caso do Afeganistão, esses modelos são confrontados com uma economia alicerçada — pelo menos parcialmente — em princípios fundamentalmente diferentes, como os da ajuda mútua, da economia de subsistência e de normas de reciprocidade e/ou parentesco em termos de afiliação étnica. A economia afegã não pode ser, no entanto, precisamente definida como uma economia de mercado, dado que largos setores da economia não são organizados em torno de mecanismos de mercado, independentemente das pitorescas tabelas do Banco Mundial. Com efeito, a teoria da escolha racional não está em condições de compreender uma boa parcela da ação cotidiana do povo afegão, tampouco seu comportamento econômico.

Os estudos de Pierre Bourdieu parecem-nos mais apropriados para a compreensão dos fundamentos econômicos em áreas isoladas no Afeganistão, bem como para a investigação sobre a disritmia entre o urbano e áreas remotas. Seus *insights* sobre o comportamento não capitalista são muito mais factíveis do que a projeção do ator da escolha racional. Bourdieu demonstrou que a população argelina (em particular uma tribo árabe) resistia às estruturas econômicas capitalistas, impingidas pelos colonizadores franceses. Da perspectiva de economistas franceses, as pessoas se comportariam irracionalmente pelo fato de aparentemente ignorarem padrões econômicos básicos. Mas Bourdieu explicitou a racionalidade social particular por trás de ações como emprestar um boi para um vizinho e oferecer a comida necessária para alimentá-lo. Perseguindo o exemplo do famoso antropólogo Marcel Mauss (MAUSS, 2016 [1923-1925]), Bourdieu foi capaz de demonstrar a estrutura social por trás, que era — e ainda é — referida a um complexo sistema de honra, vergonha e escambo de bens e serviços (BOURDIEU, 1958; SCHULTHEIS, 2017; SOUZA, 2017). Para superar nosso conhecimento, não há nenhum estudo etnográfico compreensivo

---

<sup>6</sup> Para uma crítica ao modelo da escolha racional, ver Adorno (1979), Bourdieu (1987); Green e Shapiro (1999).



sobre a racionalidade do comportamento afegão fora das metrópoles urbanas. Em nossa concepção trata-se de uma lacuna sensível no fato de que a desatenção a formas de racionalidade não capitalista conduz ao entendimento inapropriado (pelo menos nas cidades) dessa parte longínqua do Afeganistão.

Desde a década 1990, uma segunda abordagem se tornou popular no tocante à economia nacional. Nos últimos 30 anos, um largo consenso emergiu para compreender o capitalismo como uma estrutura econômica compreensiva que engloba a ação do Estado. O livro, publicado em 1990, “Os três mundos do capitalismo de bem-estar”, de Gøsta Esping-Anderson, tornou-se um marco neste entendimento. A ideia de diferentes vias do capitalismo — uma conservadora (Alemanha e França), uma liberal (Reino Unido e EUA) e uma social-democrata (os países escandinavos) — trouxe os países ocidentais para dentro de uma ordem normativa implícita das estruturas econômicas capitalistas, as quais portam, em maior ou menor grau, patologias sociais. Esping-Anderson advoga claramente em favor do caminho social-democrata, muito embora cada via do desenvolvimento capitalista esteja fortemente conectada com o Estado nacional o qual garante um conjunto de direitos positivos e negativos às populações por quem é responsável.

Entretanto, embora essa ideia de uma variedade de capitalisms — definidos como interpretações e tradições históricas de diferentes Estados de bem-estar —, tenha-se tornado o *mainstream* na análise política e econômica<sup>7</sup>), tal arranjo categorial não encontra aplicabilidade para o caso do Afeganistão. A razão para isso não reside no fato de o Afeganistão não dispor de um Estado de bem-estar plenamente desenvolvido, incluindo seguro-desemprego, previdência pública e seguros de saúde. Uma noção mais geral do Estado de bem-estar social ainda inclui o sistema educacional e a infraestrutura de transporte. A razão é que, no Afeganistão, não há, a rigor, Estado-nação. Isso engloba uma série de motivos.

Primeiramente, de acordo com Max Weber, uma das funções centrais do Estado não é desempenhada: no território atual, ligado ao Estado do Afeganistão, o monopólio do uso da força, com seu aparato coercitivo correspondente, como a polícia e as Forças Armadas, não pertence efetivamente ao Estado. O Afeganistão é classificado como um Estado falido por muitas organizações governamentais e não governamentais. Mas mesmo se a guerra civil em andamento (embora não oficialmente declarada) cessar, a definição de território afegão permanece, em grande parte, contestável devido às aspirações coloniais britânicas e à

---

<sup>7</sup> Para uma crítica dessa perspectiva, ver Streeck (2013) e Piketty (2014).

Durand-line (1983), que dividiu arbitrariamente áreas tribais em duas partes — uma pertence ao Afeganistão, e a outra, ao Paquistão (à época Índia britânica). Trata-se do fenômeno comum dentro da política do *divide et impera* a qual Sigrist chama *Ethnotomy* (SIGRIST, 1997, p. 35).

Por outro lado, a ideia do Estado-nação não é muito bem apreciada por largas parcelas de grupos afegãos e instituições afegãs. ( GREVEMEYER, 1990; KUX UND TANHAM, 2015; SAHRAI, 2018<sup>8</sup>). Outro motivo é que na longa história do Afeganistão a extensão do poder da capital Kabul (outrora Herat e Ghanzi) foi permanentemente contestado (GREVEMEYER, 1990). Nem o fundador do império afegão, Ahmad Schah Baba (1747-1772), tampouco seus sucessores conseguiram privar completamente forças localizadas de seu poder de modo a estabelecer um Estado centralizado (GHOBAR, 1980, p. 510; SPANTA, 1993, p. 42). Profundamente influenciado por tais eventos históricos, Abdurrahman Khan (1880-1896) tentou unificar o Afeganistão e estender seu reino pelo território afegão. Porém, ele não teve sucesso em privar soberanos locais de seu poder de mando, para, assim, unificar um governo central sob forma uma entidade institucional e territorial verdadeiramente centralizada, abarcando seu domínio como um todo (TABIBI, 1981). É uma tendência que persiste até os dias de hoje<sup>9</sup>.

As províncias afegãs e, especialmente as áreas tribais, gozam, comparativamente, de forte autonomia. Uma inteligente sugestão seria, ao invés concentrar esforços na construção de um Estado nacional, estabelecer uma cooperação folgada entre regiões altamente autônomas (KUX & TANHAM, 2015). No tocante ao contrato federalista, de acordo com o qual as partes a ele subordinadas obtêm mais liberdade e igualdade através de mais soberania (PROUDHONS, 1999, p. 95–102), o federalismo poderia se constituir em um padrão para um Afeganistão multicultural e multiétnico.

Em contraposição a isso, a teoria do Estado de bem-estar social não é plausível para o caso afegão porque não é realista esperar que um Estado-nação, que tem Kabul como sua

---

<sup>8</sup> Para uma crítica mais geral do conceito de Estado, ver Sigrist (1995); Köbler (1995) e Amborn (2016).

<sup>9</sup> De igual monta, seus sucessores, Amir Habibollah (1901-1919) e King Ammanullah (1919-1929) ensaiaram centralizar e modernizar o Afeganistão. Contudo, assim como os predecessores, eles esbarraram na resistência dos poderes locais. Ammanullah pagou a implementação de suas reformas radicais e interferência nas condições rurais tradicionais com o próprio trono. Mesmo durante este período, cunhado de “era de ouro”, sob a batuta de King Zaher Shah (1933-1973), apesar do beneficiamento de tribos Pashtun, houve frequentemente rebeliões na região Sul e Sudoeste do país. Sob o comando de seu primo e cunhado Daud Khan (1973-1978), o qual proclamou a república, o país passou por um breve período de progresso pacífico, com uma Constituição secular, uma administração pública operante e a extensão da infraestrutura.

capital, estabeleça sua soberania territorial, política e legal nos próximos 50 anos. Esta é a premissa oculta da teoria dos Estados de bem estar social (as chances de unificação territorial, política e legal), que, em nossa visão, não se aplica ao Afeganistão. Com efeito, cada vez mais especialistas e conselheiros aderem à opinião de que a implementação do Estado-nação no Afeganistão falhou em relação a um dos três modelos. Esta é a razão pela qual os Estados Unidos recentemente acordaram a iniciação de negociações diretas de paz com o Taleban (SAHRAI, 2018).

O Estado como soberano de uma unidade social reside, até certo ponto, em oposição às posições marxistas ortodoxas, que o colocam como ator dependente e como parte da superestrutura, assim definida como epifenômeno da base econômica de uma sociedade (MARX, 1971). Conquanto Marx e Engels, além de Luxemburgo, Lenin e a escola austro-húngara, terem compreendido a relação entre economia e Estado de uma maneira muito mais complexa do que a declarada nos modelos tradicionais de base econômica, da qual derivariam diretamente partes ou estruturas da sociedade como a área científica e a política, é muito difícil sustentar esta abordagem no caso do Afeganistão. Por fim, e não menos importante, as abordagens pós-estruturalistas e a teoria materialista do Estado indicam que Estado e mercado estão profundamente entrelaçados, de forma que uma investigação na teoria do Estado já supõe a necessidade de se arrolar a teoria econômica e vice-versa.

A diferença destas abordagens e a teoria do Estado de Bem-estar reside no fato de que o aporte pós-estruturalista e a teoria materialista do Estado fornecem uma visão muito mais crítica do capitalismo e do Estado como um sistema de relações de poder, não reduzindo, em contraste com as posições marxistas ortodoxas, o aparelho estatal a um mero reflexo das estruturas econômicas (POULANTZAS, 2002; HIRSCH ET AL, 2001; HIRSCH, 2005; DEMIROVIĆ, 2007). Por conseguinte, estas abordagens não se fiam no ideal do Estado de bem-estar social como instituição baseada em direitos humanos, além de uma barreira destinada a proteger as pessoas contra as piores consequências do capitalismo. As teorias pós-estruturalistas e materialistas do Estado de bem-estar social assumem a postura antagônica e declaram que o Estado-nação, na sua forma atual, é pré-condição para a sobrevivência da economia e da sociedade capitalista, sem que se causem movimentos revolucionários tampouco crítica social profunda.

No entanto, a vantagem das teorias materiais e pós-estruturalistas do Estado consiste na desnaturalização da existência do Estado. Na tradição de Michel Foucault e, de modo mais desenvolvido em Antonio Gramsci, o Estado não é um sistema de lei e ordem, administração e instituições, mas uma forma contraditória de prática social a qual é altamente

contestada. Nos trabalhos de Gramsci, esta arena contestada do Estado centra-se na produção e na conquista da hegemonia. Em contraste com os Estados ocidentais, no Afeganistão quase não se verifica na história o estabelecimento completo de uma hegemonia sobre a mera existência de um Estado afegão. Atualmente, as tentativas em andamento para o estabelecimento da hegemonia de um Estado nacional afegão — pelos Estados ocidentais, pela força militar, bem como mutirão de conselheiros e *think tanks* — são deveras visíveis. Contudo, a guerra civil (não declarada) em andamento demonstra o quão contestável tal hegemonia é. A ideologia do Estado é tão forte na mente dos ocidentais que eles não podem imaginar um futuro alternativo para a vida comum — nem mesmo para o Afeganistão. Em entrevista com Wolfgang Plasa, um conhecido conselheiro comercial alemão, que trabalha há muitos anos no Afeganistão, esta estrutura mental se tornou óbvia: “não há dúvida de que haverá um Estado afegão no futuro. Atualmente, a instituição de um Estado nacional é a única coisa que pode ser levada em consideração como enquadramento da coabitação societal” (JUNG, 2018). Não é difícil demonstrar que esse argumento está empiricamente incorreto (AMBORN, 2016), mas esse não é o ponto fulcral. Essa posição (dentre várias outras) representa o pensamento ocidental hegemônico: não há nada viável além do Estado nacional com economia capitalista. Se houver algo distinto, será desvalorizado e deve ser suprimido. Este é o ponto limítrofe da abordagem “modernizadora” (de que se deve copiar as opções institucionais dos países ocidentais), que, apesar de ter se provado empírica e teoricamente errada por décadas, ainda é hegemônica.

Vamos resumir as perspectivas teóricas do capitalismo situado no Afeganistão: a abordagem neoliberal não é razoável porque não entende a maioria das ações do povo afegão. A teoria do capitalismo de bem-estar social necessita de um incontestado Estado nacional para se tornar plausível, o que não é obviamente o caso no Afeganistão. Uma perspectiva marxista ortodoxa é problemática porque as estruturas capitalistas não penetraram totalmente no Afeganistão. Basta-nos pensar na economia de subsistência e nos povos nômades. Mais promissoras parecem ser as perspectivas dentro da tradição da antropologia social, na tradição pós-estruturalista ou na teoria materialista do Estado. Nessas três correntes, o Estado é descrito razoavelmente como uma arena extremamente contestável. No entanto, em nosso conhecimento, ainda há muito a se compreender a respeito do capitalismo situado no Afeganistão.

Além das considerações teóricas sobre a abordagem correta para penetrar o capitalismo no Afeganistão, uma análise da economia afegã deve ser rigorosamente

interdisciplinar. Faz-se necessária uma agenda interdisciplinar que pudesse ser reorientada em direção à agenda programática da primeira geração da Escola de Frankfurt, a qual tinha como propósito a compreensão do capitalismo (e do fascismo) e sua reprodução na Europa ocidental (HORKHEIMER, 1988 [1931]).

De modo a apenas iniciar esta abordagem interdisciplinar, adentraremos alguns *insights* obtidos por meio da economia ambiental. Uma disciplina de particular importância no Afeganistão. Não advogamos a ideia de que a economia ambiental seja a melhor maneira de analisar o capitalismo situado no Afeganistão. Contudo, ela nos serve como um ponto de partida mais ou menos arbitrário.

### **III - DIMENSÕES DA MUDANÇA CLIMÁTICA NA ECONOMIA**

Para 60% da população afegã, a agricultura conforma a base de seu sustento. Ao tomar esse fato em consideração, pode-se imaginar o tremendo impacto da devastação ecológica, desastres naturais e condições climáticas extremas, como aridez, terremotos e tempestades de areia. Isso tem um impacto nas condições de vida da população, assim como em seu desenvolvimento social e econômico. O derretimento da geleira do Himalaia, imposta pelo aquecimento global contínuo, e a severa seca podem resultar simultaneamente na desertificação de fazendas em algumas partes do país. Em comparação com 1999, os cientistas esperam que as temperaturas ascendam até 4°C até 2060 e haja um decréscimo nas chuvas; estima-se ainda que as secas podem ser “a norma até 2030, conduzindo à degradação da terra e à sua desertificação” (UNDP, 2020).

Mesmo agora, por causa da severa seca, 220.000 pessoas foram deslocadas de seus lares e 3,3 milhões de pessoas foram confrontadas com incertezas alimentícias em um nível emergencial. Trata-se de um fato explicitamente considerado notável na agenda das Nações Unidas. Na mesma agenda encontra-se a urgência em tratar dos impactos climáticos no Afeganistão. Enfatiza-se a necessidade da ação local, sublocal, nacional, regional, de modo a intensificar os esforços.

Por todos esses motivos, o Afeganistão é continuamente ranqueado com um dos países mais vulneráveis às mudanças climáticas (KREFT ET AL, 2016; AICH ET AL, 2017). Muitos fatores, como as características climáticas do país, alta dependência econômica da agricultura e capacidade adaptativa limitada, são decisivos a esse respeito. O país possui um clima continental árido ou semiárido (SAVAGE, ET AL, 2009), e a recente análise por Aich e Kushbeen (2017) sugere que o clima no Afeganistão se transformou desde a segunda

metade do século XX. Especialmente a média anual de temperatura aumentou 1,8°C, e a média de precipitação diminuiu, muito embora de maneira heterogênea através das estações e do território. Simultaneamente, a frequência de eventos climáticos extremos aumentou, como a seca e os alagamentos.

O Afeganistão é tradicionalmente um país agrário. Ainda que a agricultura represente em torno de 22% do PIB, ela permanece um setor relevante como fonte de subsistência para a pobre população rural (WORLD BANK, 2018). É estimado que em torno de 79% da população esteja engajada em agricultura, agropecuária ou ambos (UNEP-AFGHANISTAN, 2003; BAIZAYEE ET AL., 2014). No Afeganistão, o setor é particularmente vulnerável a mudanças climáticas. O aumento da evaporação do solo, a diminuição do volume de água nos rios e as chuvas menos frequentes durante as estações de cultivo impactam a produtividade agrícola, além da disponibilidade da escolha de safras (SAVAGE ET AL, 2009). Assim, nessa contribuição, podemos focalizar o estudo do impacto da mudança climática na agricultura. Investigamos especificamente os efeitos econômicos das mudanças climáticas na agricultura. O entendimento da magnitude e dos mecanismos de tais impactos é necessário para o desenho e a prática apropriada em termos de políticas públicas (KURUKULASURIYA & ROSENTHAL, 2003).

Ao nosso conhecimento, apenas um estudo (MENDELSON, 2014) lida com o impacto econômico das mudanças climáticas na agricultura afegã. Mendelsohn (2014) se vale de estudos sobre a agricultura chinesa para estimar os potenciais efeitos da mudança climática na agricultura do resto do continente asiático, incluindo o Afeganistão. Segundo Mendelsohn (2014), o aprofundamento do aquecimento global seria benéfico ao Afeganistão. Os *insights* desse estudo são cruciais ao entendimento da extensão do problema e ao desenvolvimento de estratégias apropriadas de mitigação e adaptação. Contudo, a natureza agregada desses estudos torna muito difícil fornecer evidências em termos do impacto no rendimento das safras e de estratégias de adaptação em nível local ou doméstico. A compreensão local dos efeitos é necessária na medida em que estes dependem da topologia das diferentes áreas. Para suprir essa lacuna (até certo ponto), utilizamos dados em nível doméstico e informações climáticas para estudar o impacto da mudança climática na renda agrícola nos altiplanos centrais do Afeganistão. Elas conformam uma das cinco zonas climáticas do país. Um modelo econômico bem estabelecido (o modelo ricardiano) — primeiramente proposto por Mendelsohn et al. (1994) — é utilizado para investigar a relação entre clima e agricultura. Nossas amostras consistem de 1.504 fazendeiros, localizados nas províncias de Maniyan,

Diakundi e Ghanzi. Os resultados do modelo ricardiano assinalam um significativo e complexo impacto do clima na renda líquida das safras. Os resultados estão reportados na tabela 1.

O impacto da precipitação durante os meses de chuva não é linear (com o valor mínimo atingido em torno de 100 mm), exibindo um efeito marginal negativo (em média). À primeira vista, o resultado é inesperado. O período de chuva traz o principal volume de precipitação aos altiplanos. O volume de neve/chuva registrado nesse período é crucial para a disponibilidade de água durante o resto do ano. Com efeito, é esperado que mais precipitação durante as estações úmidas seja um fator benéfico. Uma análise das mudanças climáticas sugere que em 34 anos, na média, a precipitação durante os meses de chuvas foi significativamente maior em Ghanzi (79 mm) se comparada a Bamiyan (41 mm) e Diakundi (47 mm). Ghanzi foi assolada por secas recentes (durante os anos 2000) as quais abalaram dramaticamente a rentabilidade das safras. Em Bamiyan, por outro lado, a cordilheira de montanhas Baba abriga dezenas de geleiras com neve o ano inteiro. Elas também são decisivas no fornecimento de água para a província. Essa reserva na cordilheira Baba juntamente com o aquecimento (global) foram os responsáveis pelo florescimento do negócio agrícola em Bamiyan. Em função do efeito não linear, no entanto, um notável aumento no volume de precipitação — cuja média reside acima de 100 mm — causaria um acréscimo no impacto marginal na maioria das áreas, incluindo Ghanzi.

**Tabela 1: Análise ricardiana de sensibilidade climática da receita líquida das culturas**

Renda líquida da safra por acre	Modelo 1
Precipitação no período de chuva	-633.574*** (124.706)
Precipitação em período intermediário	1626.996*** (369.045)
Precipitação na seca	-2095.970*** (304.329)
Precipitação em período de chuva ao quadrado	5.679** (2.273)
Precipitação em período intermediário ao quadrado	-12.357 (15.535)
Temperatura anual	3273.007*** (509.486)
Temperatura anual ao quadrado	20.213 (136.508)
_cons	13831.172*** (1995.253)
Obs.	1,415
Adj. R-squared	0.136

Notas: Erros padrão estão em parênteses. \*\*\*  $p < 0.01$ , \*\*  $p < 0.05$ , \*  $p < 0.1$ . Fatores climáticos são calculados por médias.

De fato, mais precipitação no período intermediário é útil (1,626 AFN/mm)<sup>10</sup>. Uma vez que o termo quadrático da precipitação neste período não é significativo, o impacto pode ser visto como linear. Muito embora a maior parte da precipitação nos altiplanos centrais ocorra no período de chuva, a precipitação complementar durante os períodos intermediários, especialmente na primavera, é extremamente importante no incremento dos recursos hídricos. Em razão da neve durante o inverno e no início da primavera, o solo exhibe sua máxima capacidade de absorção de água do meio ao final da primavera. Com isso, a absorção do solo incrementa as reservas hídricas sob o solo. Ademais, a primavera corresponde usualmente ao início do período de cultivo no qual a chuva por vir é bem-vinda. É digno de nota, contudo, que um aumento significativo na precipitação durante o período intermediário — trazendo a significância do termo quadrático — causaria o decréscimo do efeito marginal em determinadas áreas. A razão para tal é que a chuva demasiada, de um lado, excederia a capacidade de retenção do solo e poderia vir a causar enchentes e deslizamento. Por outro lado, isso alteraria negativamente o cultivo e a produtividade.

A precipitação em períodos secos está desfavoravelmente associada à renda (-2,069 AFN/mm). Similar à precipitação em períodos intermediários, o termo quadrático da precipitação no período da seca é insignificante. Na verdade, ele foi excluído do modelo por sua alta colinearidade. Durante este período, o solo permanece muito seco e preserva sua mínima capacidade de absorção da água. Com isso, a chuva moderada poderia rapidamente tornar-se uma enchente relâmpago, prejudicando fazendeiros e produtos, assim como matando os animais e destruindo a propriedade dos fazendeiros.

Uma temperatura anual mais alta é benéfica. O aumento de 1°C na média anual aumentaria a rentabilidade média das safras (por acre) em AFN 3,273. O termo quadrático da temperatura anual não é relevante, ou seja, o impacto pode ser categorizado como linear. O aquecimento significativo e positivo (tanto estatisticamente quanto economicamente) na renda ocorre em função do clima frio da região. Mendelsohn (2014) reporta um efeito similar para todo o Afeganistão.

Ao combinar estimativas do modelo ricardiano com cenários climáticos futuros, pode-se sugerir um efeito misto do clima na renda de 2100 plantações. Essas transformações seriam mais benéficas aos cultivadores que conseguissem se adaptar às mudanças climáticas,

---

<sup>10</sup> AFN corresponde à abreviação da moeda afegã: Afghan afghani. Portanto, a medida corresponde à moeda (renda) em função da precipitação (mm). N.do.T.



afetando adversamente a renda daqueles que não conseguissem tal feito. Diante desse cenário otimista, gostaríamos podemos concluir com uma breve seção final.

#### **IV - CONCLUSÃO**

A questão compreensiva acerca do capitalismo situado é extremamente complexa. Nesse artigo, exploramos o tópico do capitalismo situado no Afeganistão por diferentes ângulos, não necessariamente conectados entre si. Primeiramente, procuramos mostrar que cada indicador estatístico está mais ou menos ligado a algum tipo de imprecisão. No entanto, há um largo consenso para classificar o Afeganistão como um Estado falido, a despeito do otimismo contínuo de instituições como o Banco Mundial. Num segundo momento, referimo-nos a várias teorias econômicas e do capitalismo — o neoliberalismo, a do Estado de bem-estar (welfare state), o marxismo ortodoxo, o pós-estruturalismo e a teoria materialista do Estado (Gramsci) e ainda a antropologia social — com a finalidade de analisar exploratoriamente sua adequação ao caso afegão. Em nossa concepção, a mescla de abordagens materialistas, pós-estruturalistas e socioantropológicas parece promissora. Entretanto, desenvolvimentos são necessários em um futuro próximo. Para não nos limitarmos a posturas teóricas generalistas, adentramos o campo da economia ambiental e analisamos os possíveis efeitos (já visíveis!) das mudanças climáticas no Afeganistão. Esperamos poder desenvolver um quadro conceitual mais sofisticado para capitalismo situado, referindo-nos à Escola de Frankfurt como uma orientação apropriada. Esse artigo se encontra nessa trilha. Análises vindouras sobre economia política do Afeganistão devem levar em conta a longa lista dessas dimensões e suas relações internas. Pensamos que os aspectos abaixo poderiam ser incluídos nessa lista, que não pretende ser exaustiva:

- A relação entre políticos, as forças armadas e as políticas públicas;
- O significado das doações estrangeiras;
- O significado dos vultosos investimentos em educação para economia (cf. BITTLINGMAYER ET AL, 2019; SAHRAI & BITTLINGMAYER, 2015);
- A relação econômica entre as zonas rural, semirural e urbana;
- O significado das relações étnicas para o desenvolvimento econômico;
- O papel dos recursos naturais e das empresas multinacionais no desenvolvimento econômico;

- O interesse econômico, cultural e de segurança dos países vizinhos ao Afeganistão (THIELICKE, 2014a);
- O significado dos laços e relações transnacionais para o desenvolvimento econômico e cultural do povo afegão;
- A estrutura da atual economia;
- A relação entre mercados locais, regionais e globais no Afeganistão;
- A relação entre religião, crença e comportamento econômico.

É possível notar que há muito mais a adicionar, mas essa curta lista demonstra o tipo de complexidade necessária para a análise da economia afegã. Como dito acima: este artigo é apenas um ponto de partida. Intentamos aprofundar a complexidade analítica em estudos futuros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. (1979). Zum Verhältnis von Soziologie und Psychologie. In: ADORNO, Theodor W. (Hg.): Soziologische Schriften I. Gesammelte Schriften Bd. 8. Frankfurt/Main: Suhrkamp, S. 42–85.

AICH, V. et al., 2017. Climate Change in Afghanistan Deduced from Reanalysis and Coordinated Regional Climate Downscaling Experiment (CORDEX)—South Asia Simulations. *Journal of Climate*, Volume 5.

AMBORN, Hermann (2016). Das Recht als Hort der Anarchie. Gesellschaften ohne Herrschaft und Staat. Berlin: Matthes & Seitz.

BAIZAYEE, B., DOOSTI, A. A. & SEDIGI, N. (2014). Building Adaptive Capacity and Resilience to Climate Change in Afghanistan (LDCF): Baseline Assessment Report, Kabul : UNEP Afghanistan.

BITTLINGMAYER, Uwe H.; GRUNDMEIER, Anne-Marie; KÖSSLER, Reinhart; SAHRAI, Diana; SAHRAI, Fereshta (Hg.) (2019). Education and Evelopment in Afghanistan. Challenges and Propects. Bielefeld: transcript.

BOURDIEU, Pierre (1958). Sociologie de l'Algérie. Paris: Presses de Universitaires de France.

BOURDIEU, Pierre (1987). Sozialer Sinn. Kritik der theoretischen Vernunft. Frankfurt/Main: Suhrkamp.

BROWN, Wendy (2015). Die schleichende Revolution. Wie der Neoliberalismus die Demokratie zerstört. Berlin: Suhrkamp.

DAS LÄNDER-INFORMATIONSPORTAL (2019). Afghanistan. Online verfügbar unter <https://www.liportal.de/afghanistan/wirtschaft-entwicklung>, zuletzt geprüft am 09.07.2019.

DEMIROVIĆ, Alex (2007). Nicos Poulantzas. Aktualität und Probleme materialistischer Staatstheorie. Münster: Westfälisches Dampfboot.

- DIXON, Keitzh (2000). Die Evangelisten des Marktes. Konstanz: UVK.
- DUMÉNIL, Gérard; Lévy, Dominique (2002). Das Wesen und die Widersprüche des Neoliberalismus. In: AGLIETTA, Michel, BISCHOFF, Joachim, BOCCARA, Paul, HAUG, Wolfgang F., HUFFSCHMID, Jörg und WALLERSTEIN, Immanuel (Hg.): Umbau der Märkte. Akkumulation - Finanzkapital - Soziale Kräfte. Hamburg: VSA, S. 127–170.
- ESPING-ANDERSON, Gøsta (1990). The Three Worlds of Welfare Capitalism. Cambridge: Polity Press.
- GANSER, Daniele (2016). Illegale Kriege. Wie die NATO-Länder die UNO sabotieren. Eine Chronik von Kuba bis Syrien. Zürich: orell füssli Verlag.
- GHOBAR, Mir Mohammad (1980). Afghanistan dar masir-e-tarich (Afghanistan as history goes along). 2. Auflage. Ghom.
- GREEN, Donald P.; SHAPIRO, Ian (1999). Rational Choice. Eine Kritik am Beispiel von Anwendungen in der Politischen Wissenschaft. München: Oldenbourg.
- GREVEMEYER, Jan-Heeren (1990). Afghanistan. Sozialer Wandel und Staat im 20. Jahrhundert. Berlin: Verlag für Wissenschaft und Bildung.
- HAQUE, Tobias (2018). How can Afghanistan Safeguard Economic Gains. Online verfügbar unter <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2018/08/07/afghanistan-needs-to-safeguard-recovery-world-bank>, zuletzt geprüft am 29.07.2019.
- HIRSCH, Joachim (1995). Der nationale Wettbewerbsstaat. Staat, Demokratie und Politik im globalen Kapitalismus. Berlin, Amsterdam: Id Verlag.
- HIRSCH, Joachim (2005). Materliastische Staatstheorie. Transformationsprozesse des kapitalistischen Staatensystems. Hamburg: VSA.
- HIRSCH, Joachim; JESSOP, Bob; POULANTZAS, Nicos (Hg.) (2001). Die Zukunft des Staates [The Future of the State]. Hamburg: VSA.
- HORKHEIMER, Max (1988 [1931]). Die gegenwärtige Lage der Sozialphilosophie und die Aufgaben eines Instituts für Sozialforschung. In: HORKHEIMER, Max (Hg.): Gesammelte Schriften. Bd. 3. Frankfurt/Main: Fischer, S. 20–35.
- JUNG, Tilo (2018). Wolfgang Plasa über Afghanistans Handelspolitik. Jung & Naiv, Folge 341. Interview mit Wolfgang Plasa.
- KÖSSLER, Reinhart (1995). Nation und Nationalismus. In: NASSEHI, Armin, KNEER, Georg und KRAEMER, Klaus (Hg.): Spezielle Soziologien. Band 2 der Reihe Soziologie. Zugänge zur Gesellschaft. Münster: Lit Verlag, S. 137–149.
- KREFT, S., ECKSTEIN, D. & DORSCH LUKAS, F. L., 2016. *Global climate Index 2016*, Bonn: Germanwatch e.V..
- KURUKULASURIYA, P. & ROSENTHAL, S., 2003. Climate Change and Agriculture: a Review of Impacts and Adaptations, Washington, D.C.: TE World Bank.
- KUX, Dennis; TANHAM, George (2015). Eine "Schweizer Lösung" für Afghanistan. In: KOELLREUTER, Andreas und SEIDT, Hans-Ulrich (Hg.): 40 Jahre Bibliotheca Afghanica. Recht, Politik und Kultur in Afghanistan. Liestal: Verlag Basel-Landschaft, S. 181–184.
- MARX, Karl (1971). Zur Kritik der politischen Ökonomie. In: Marx Engels Werke (Hg.): Zur Kritik der politischen Ökonomie, Bd. 13. Berlin: Dietz, S. 3–160.
- MAUSS, Marcel (2016 [1923-1925]). The Gift. Expanded Version. Chicago: Hau Books.

MENDELSON, R. (2014). The Impact of Climate Change on Agriculture in Asia. *Journal of Integrative Agriculture*, Volume 13, pp. 660-665.

MENDELSON, R., NORDHAUS, W. D. & SHAW, D. (1994). The Impact of Global Warming on Agriculture: a Ricardian Analysis. *The American Economic Review*, Volume 84, pp. 753-771.

NASHIR-STECK, Sarghuna (2019). The Project of the German-Afghan Initiative with Nomads and Semi-Nomads in the Province of Herat. In: BITTLINGMAYER, Uwe H., GRUNDMEIER, Anne-Marie, KÖßLER, Reinhart, SAHRAI, Diana und SAHRAI, Fereschta (Hg.): *Education and Development in Afghanistan. Challenges and Projects*. Bielefeld: transcript, S. 245–253.

NAUMANN, Craig (2011). *Modernizing Education in Afghanistan. Cycles of Expansion and Contraction in Historical Perspective*. Lisbon: Periplo.

NAUMANN, Craig (2012). *Books, Bullets, and Burqas. Anatomy of a Crisis - Educational Development, Society, and the State in Afghanistan*. Münster: Lit.

PIKETTY, Thomas (2014). *Capital in the 21st Century*. Cambridge: Harvard University Press.

POULANTZAS, Nicos (2002). *Staatstheorie. Politischer Überbau, Ideologie, Autoritärer Etatismus*. Mit einer Einleitung von Alex Demirović, Joachim Hirsch und Bob Jessop. Hamburg: VSA.

PROUDHONS, Pierre-Joseph (1999). *Über das föderative Prinzip und die Notwendigkeit, die Partei der Revolution wiederherzustellen*. Frankfurt/Main.

RUTTIG, Thomas (2013). *Some Things Got Better — How Much Got Good? A Review of 12 years of international intervention in Afghanistan*. Online verfügbar unter <https://www.afghanistan-analysts.org/some-things-got-better-how-much-got-good-a-short-review-of-12-years-of-international-intervention-in-afghanistan/>, zuletzt geprüft am 01.04.2017.

RUTTIG, Thomas (2014). *Einiges besser, nichts wirklich gut. Afghanistan nach 34 Jahren Krieg - Eine Bilanz*. In: THIELICKE, Hubert (Hg.): *Am Ende nichts? Krieg in Afghanistan - Bilanz und Ausblick*. Potsdam: WeltTrends, S. 11–21.

SAHRAI, Diana; BITTLINGMAYER, Uwe H. (2015). *Entwicklung durch Bildung? Anmerkungen zur Idee, Afghanistan durch Bildungsexpansion nachholend zu entwickeln*. In: HAUCK, Gerhard, LENZ, Ilse und WIENOLD, Hanns (Hg.): *Entwicklung, Gewalt, Gedächtnis. Festschrift für Reinhart Kößler // Festschrift für Reinhart Kössler*. 1. Auflage. Münster: Westfälisches Dampfboot, S. 215–233.

SAHRAI, Omar Khaled (2018). *Ethnizität, Widerstand und politische Legitimation in paschtunischen Stammesgebieten Afghanistans und Pakistans*. Berlin et al.: Peter Lang.

SAMIMY, Said Musa (2017). *Afghanistan. Chronik eines gescheiterten Staates*. 1. Auflage 2017. Berlin: Buchwerkstatt Berlin (Edition Avra).

SAVAGE, Matthew; DOUGHERTY, Bill; HAMZA, Mohammed; BUTTERFIELD, Ruth; BHARWANI, Sukaina (2009). *Socio-Economic Impacts of Climate Change in Afghanistan*, Stockholm: Stockholm Environment Institute. Available at <https://www.weadapt.org/sites/weadapt.org/files/legacy-new/placemarks/files/5345354491559sei-dfid-afghanistan-report-1-.pdf>. Access in: 28 apr. 2019.

SCHULTHEIS, Franz (2017). Argélia 1960. Laboratorio sociológico para a origem e cunhagem da teoria da practica de Bourdieu. In: SOUZA, Jessé und BITTLINGMAYER, Uwe H. (Hg.): Dossiê Pierre Bourdieu. Belo Horizonte: Edition UFMG, S. 11–27.

SIGRIST, Christian (1986). Der lange afghanische Krieg. In: Das Argument (Nr. 157), S. 378–390.

SIGRIST, Christian (1995): Regulierte Anarchie. Eine Anthropologie herrschaftsfreien Zusammenlebens. In: NASSEHI, Armin, KNEER, Georg und KRAEMER, Klaus (Hg.): Spezielle Soziologien. Band 2 der Reihe Soziologie. Zugänge zur Gesellschaft. Münster: Lit Verlag, S. 119–136.

SIGRIST, Christian (1997). Kritische Implikationen des Konzepts "Ethnizität als Selbstorganisation". In: ECKERT, Andreas und MÜLLER, Jürgen (Hg.): Transformationen der Europäischen Expansion vom 16. Bis zum 20. Jahrhundert. Loccumer Protokolle 26/96. Loccum, S. 28–39.

SOUZA, Jessé (2017). Para além de Bourdieu? Passos para uma teoria crítica da modernização. In: SOUZA, Jessé und BITTLINGMAYER, Uwe H. (Hg.): Dossiê Pierre Bourdieu. Belo Horizonte: Edition UFMG, S. 225–253.

SPANTA, Rangin Dadfar (1993). Afghanistan: Entstehung der Unterentwicklung, Krieg und Widerstand.

STATISTA (2019). Afghanistan. Unemployment Rate in Afghanistan. Online verfügbar unter <https://www.statista.com/statistics/808214/unemployment-rate-in-afghanistan/>, zuletzt aktualisiert am 04.06.2019, zuletzt geprüft am 08.07.2019.

STREECK, Wolfgang (2013). Gekaufte Zeit. Die Krise des demokratischen Kapitalismus. Berlin: Suhrkamp.

TABIBI, Latif (1981). Die afghanische Landreform von 1979. Ihre Vorgeschichte und ihre Konsequenzen. Berlin.

THIELICKE, Hubert (Hg.) (2014a). Am Ende nichts? Krieg in Afghanistan - Bilanz und Ausblick. Potsdam: WeltTrends.

THIELICKE, Hubert (2014b). Vorwort. In: Hubert Thielicke (Hg.): Am Ende nichts? Krieg in Afghanistan - Bilanz und Ausblick. Potsdam: WeltTrends, S. 7–9.

TOLO NEWS (2016). The unemployment rate has peaked to 40 percent in Afghanistan, showing a 15 percent increase as compared to the same time last year, officials said Friday. Online verfügbar unter <https://www.tolonews.com/afghanistan/unemployment-rate-spikes-afghanistan>, zuletzt aktualisiert am 17.10.2016, zuletzt geprüft am 08.07.2019.

UNDP, 2020. Climate Change Adaption in Afghanistan.

URL: <https://www.af.undp.org/content/afghanistan/en/home/projects/CCAP-Afghanistan.html>; last check: 20200507

UNEP-Afghanistan (2003). Afghanistan: Post-Conflict Environmental Assessment, Kabul: UNEP.

WORLD BANK (2019). Afghanistan. Online verfügbar unter <https://www.worldbank.org/en/country/afghanistan/overview>, zuletzt aktualisiert am 02.04.2019, zuletzt geprüft am 08.07.2019.

WORLD BANK (2018). *Afghanistan Development Update*, Washington: The World Bank.

**Uwe H. Bittlingmayer**

Doutor em Sociologia. Professor de Sociologia no Instituto de Sociologia e reitor da Faculdade de Ciências Educacionais da Universidade de Educação de Freiburg, Alemanha.

**Omar Khaled Sahrai**

Doutor em Sociologia. Trabalha na GIZ (Sociedade alemã para colaboração internacional) e é professor na Universidade de Ciências Aplicadas para Política e Administração Pública.

**Stephanie Harsch**

Mestra em educação para saúde, trabalha como pesquisadora no Instituto de Sociologia da Universidade de Educação de Freiburg, Alemanha.

**Asadullah Jawid**

Doutor em Economia, professor assistente de Matemática e Estatística na Universidade Americana do Afeganistão.

**Diana Sahrai**

Doutora em Saúde Pública, professora de aprendizado social em circunstâncias difíceis no Instituto de Educação para Necessidades Especiais e Psicologia da Universidade de Educação – Universidade de Ciências Aplicadas do Norte da Suíça.